

**REFLEXÕES SOBRE O DIÁLOGO  
RELIGIOSO CATÓLICO-JUDAICO  
O DIÁLOGO RELIGIOSO E O MOMENTO ATUAL**

*Antonio Carlos Coelho*

***Introdução***

Quando fui convidado a escrever este artigo sobre o diálogo religioso católico-judaico, fiquei em dúvida quanto à abordagem que daria ao tema. O convite pegou-me exatamente num momento em que procuro compreender o que seria o diálogo católico judaico no princípio deste século, marcado pelo terrorismo e por conflitos que envolvem religião.

Escrevo do diálogo feito por humanos não por anjos. Não irei ater-me em frases bonitas, de efeito, tentando expressar de forma romântica a esperança que há naquele que se dispõe a dialogar. Pois quando se trata de diálogo, deve ser considerada a angústia, as preocupações, os interesses imediatos, os avanços e retrocessos próprios das relações entre pessoas na sua realidade. O diálogo religioso acontece no mundo, e por isso, está sujeito às suas intempéries, necessitando constantes revisões em seu conteúdo e forma de ação.

Quando iniciei meu trabalho no diálogo, há uns 22 anos, pensava somente em diálogo religioso, tal como diz o termo religioso. Um diálogo basicamente orientado a estabelecer pontes de ligação, com fundamentação bíblico-teológica, valorizando o que há em comum entre ju-

deus e católicos, visando a superar preconceitos mútuos que se formaram ao longo da história.

Os documentos da Igreja entusiasmavam a todos os dedicados ao diálogo. Belos e corajosos documentos. Abordavam questões fundamentais das nossas identidades: história, raízes, crença, liturgia. Abriu-nos a possibilidade de ações comuns inspiradas pela mesma esperança.

Esses documentos que ampliavam nossas possibilidades de aproximação aos judeus tiveram e têm muita importância no decorrer desses anos todos. Os passos dados pela Igreja foram extremamente significativos e abriram um caminho considerável para a aproximação e mudança de postura de si mesma diante do judaísmo. A experiência provocada pelo diálogo criou uma nova mentalidade no meio cristão, mas, no entanto, o diálogo religioso, atualmente, já não apresenta as novidades e os avanços de outrora. Há um crescente questionamento por parte de muitos sobre o grau e a solidez dos compromissos firmados em 40 anos de diálogo entre judeus e católicos.

Mesmo assim, o diálogo religioso mantém a sua importância. Apesar dos questionamentos, ainda é uma das formas de se estabelecer pontes que contribuam para a superação de diferenças. Talvez, o diálogo religioso nunca tenha sido a única forma para tal, mas foi a primeira que conhecemos, e foi o melhor argumento para o cristianismo aproximar do judaísmo, uma vez que foi por razões religiosas que se afastaram. Mas não é mais o único e o suficiente caminho, principalmente, quando se tem o judaísmo como um dos interlocutores.

Os meios de comunicação e o seu papel na sociedade atual, as novas formas de compreender as experiências religiosas, o despertar para uma nova consciência social, política, econômica, devem também ser considerados como elementos de influência e de colaboração para o diálogo religioso. Acredito que o diálogo tornou-se, pelas exigências do nosso tempo, mais amplo, devendo considerar todas as mudanças que ocorreram nestas últimas décadas.

### ***O novo contexto do diálogo religioso***

Nos últimos anos experimentamos os progressos maravilhosos da tecnologia da comunicação. Se há cinquenta anos sabíamos dos fatos ocorridos com relativa atualidade, hoje as redes de notícias 24 horas e a Internet permitem o conhecimento do que se passa no mundo em tempo real, possibilita a comunicação imediata com pessoas e, com a mesma rapidez, o fechamento de negócios que até alguns anos levavam dias para serem concretizados. Compramos livros de Nova Iorque ou Paris e os temos em 48 horas. Lemos o jornal diário da nossa cidade e de qualquer outra. Entramos no chat e conversamos com pessoas do

outro lado do mundo, sem nos perguntarmos pela sua origem, sua cultura, sua religião, apenas nos falamos.

Mesmo que as novas técnicas de comunicação sejam frias e permitam apenas um conhecimento superficial do interlocutor; e mesmo que o contato com as diferentes culturas seja virtual, não se pode negar que é possível acessar, com certa frequência, o que antes impossível. O desconhecido chegou às telas das TVs e dos computadores deixando, em parte, de ser algo estranho para nós. Se o preconceito é fruto do desconhecimento, as comunicações tendem a diminuí-lo. Por exemplo: certos hábitos culturais que antes, pelo desconhecimento, poderiam ser interpretados com preconceito, graças às comunicações e à variedade dos programas apresentados pela TV, podem ser vistos apenas como hábito de um povo, sem a mesma carga negativa. Ainda, aspectos da cultura religiosa de povos distantes ou primitivos, que não eram compreendidos, podem ter seus significados melhor aceitos e de modo mais positivo. Não quero dizer com isso que os meios de comunicação substituem o contato humano, mas, sem dúvida, eles contribuem para diminuir os preconceitos.

As sociedades, nas últimas décadas, assistiram o surgimento de uma nova consciência social que, bem ou mal, prega democracia, respeito aos povos e às diferenças culturais, raciais e religiosas. Não se tolera os totalitarismos, embora existam. Não se admitem atitudes racistas, discriminatórias, embora existam. Reclama-se o direito dos negros, dos estrangeiros, dos deficientes, dos menores, das mulheres e até dos animais, enfim, as sociedades caminham para a humanização das relações. Ainda falta muito, mas há, sem dúvida, uma consciência mais aguçada dos direitos individuais, sociais, culturais, políticos, ambientais. São passos significativos para a humanização.

Dentro dessa nova configuração da sociedade, o diálogo inter-religioso passa a ter maior importância e urgência. Todavia, se, por um lado, as religiões tornaram-se mais respeitadas umas com as outras e prontas a estreitar laços de fraternidade, por outro, surgiram grupos religiosos de extrema ortodoxia, chegando, muitas vezes, ao absurdo do sectarismo, dos atos de violência: guerras, terrorismo, auto-imolação de seus fiéis. Portanto, se o contexto atual pode gerar desconfiança sobre os efeitos do diálogo, por outro lado, esse mesmo contexto, favorece – e exige – o estabelecimento de relações que permitam um maior e melhor convívio entre pessoas e grupos diferentes, e clama por uma revisão da forma e do conteúdo dos temas tidos como importantes para o estreitamento das relações entre judeus e católicos.

É nesse contexto de aprimoramento e valorização das relações humanas, com a importante presença das comunicações e da mídia, que trataremos do diálogo. O diálogo religioso, que foi quase sempre enfocado de forma muito objetiva, hoje, deve ser entendido como parte de um

todo social, levando-se em conta que, além das questões religiosas, há outros aspectos da vida de cada uma das comunidades envolvidas.

Parece-nos claro que há uma disponibilidade ao diálogo por parte da maioria das instituições e das pessoas. Nesses últimos anos, não encontrei ninguém que conscientemente se dissesse contrário ao diálogo. Mesmo os mais resistentes ao confronto das idéias. Mas, apesar de muito se apregoar a necessidade dessa prática tão nobre, principalmente diante das guerras e conflitos sociais que acontecem em muitos pontos do mundo, o diálogo nem sempre produziu os efeitos curativos esperados. A disponibilidade para o diálogo, tão recomendado e consagrado no nosso tempo, perde o seu valor quando a proposta parte de habilidosos que sabem usar o diálogo a seu favor, fazendo dele um meio para prorrogar os conflitos. O diálogo, usado desta forma, torna-se instrumento estratégico de controle de situação e dominação. Portanto, por trás do valor da nobre palavra, há a infâmia de muitos que, com discursos aparentemente democráticos e humanitários, desejam impor seus modos de governar, destruir, ou desacreditar as instituições necessárias para a democracia e a ordem das sociedades. Lamentável! O diálogo tão necessário para o bom convívio das idéias passa, desta forma, a ser desacreditado mesmo por aqueles de boa fé. Portanto, deve-se ter o cuidado para que o diálogo religioso não tome esse rumo, e não seja instrumento para prorrogar conflitos, encobrir posições e opções políticas oportunistas e incoerentes com o compromisso estabelecido com o interlocutor. Aliás, uma prática muito usual no nosso tempo.

### ***Disponibilidade ao diálogo***

Se, há alguns anos, o diálogo era visto com certa resistência por boa parte da Igreja, mesmo quando se tratava daquele entre as igrejas cristãs, teoricamente mais avizinhas, hoje poucos são aqueles que têm a coragem de manifestar tal resistência. A prática do diálogo tornou-se indispensável em qualquer nível de relação, seja ela política, econômica, cultural, familiar, e principalmente, religiosa. Pode-se dizer que quem se recusa ao diálogo, está morto para o mundo.

O diálogo verdadeiro parte de interlocutores sinceros, que realmente desejam alcançar um termo positivo. Isto só ocorre quando os valores morais e éticos são os mesmo entre as partes e os interesses comuns são suficientes para a sustentação de uma relação capaz de superar as diferenças, manter o respeito mútuo, contemplar o bem para as partes.

Quando tratamos de diálogo religioso, o assunto torna-se mais sério, exigindo responsabilidade nas ações, pois devemos ter sempre em mente que as motivações envolvidas são de caráter religioso. Presume-se, então,

que haja por princípio, boa vontade das partes envolvidas e responsabilidade ética das instituições, uma vez que atuam motivadas pela fé e pela esperança e têm responsabilidade pelo que pregam e professam. As relações inter-religiosas estão acima de qualquer interesse estratégico institucional ou da promoção de uma imagem pública conveniente a uma das partes.

Certa vez uma autoridade da Igreja me disse: “Precisamos muito estabelecer diálogo com os muçulmanos, pois temos muitos cristãos e propriedades nos países árabes. Precisamos garantir a nossa presença e segurança nesses países”. O argumento é, sob certo aspecto, justo, mas esta atitude não é uma própria para o diálogo religioso. Esse tipo de preocupação cabe ao serviço diplomático do Vaticano.

O diálogo religioso exige uma diplomacia diferente. Ela deve ser sensível, refinada a ponto de evitar gafes e mal estar entre as partes. Aliás, coisas que não são raras. A diplomacia deve ser precedida pela gratuidade, movida pela esperança e pelo amor, sob pena de todos os esforços se tornarem “*como um bronze que soa ou como um címbalo que tine*”<sup>1</sup>. Penso que o *Hino à Caridade* de Paulo deveria ser o primeiro texto a ser estudado pelo dialogante cristão.

Quando uma pessoa se propõe a participar de um grupo inter-religioso não conta com a exigência pessoal que irá se impor a ela. A experiência diante do diferente gera conflitos pessoais. Exige uma transformação interior. Os conflitos interiores, as incompatibilidades de sentimentos, os fechamentos são postos em xeque. É claro. Não somos perfeitos. São princípios, educação, preconceitos, influência da cultura e outras coisas mais que adquirimos na nossa formação e que nos fazem resistir ao diferente. Ao nos confrontarmos com ele – o reconhecidamente diferente – sentimo-nos fracionados e obrigados a dialogar com nossas próprias limitações. Este talvez seja o esforço mais difícil e o mais questionador, mas que, certamente, trará um crescimento espiritual muito grande para aquele que se propõe a descobrir as verdades e as riquezas do outro. A experiência do diálogo, por suas exigências, nos leva a aceitar nossa real condição humana, com todas as suas maravilhas e com todas as suas limitações.

Além disso, o diálogo religioso é uma necessidade nos dias atuais. Quando sofreremos a solidão própria da desse início de século, resultado do crescimento das cidades, do modo de vida que somos obrigados a ter, da concorrência profissional que enfrentamos, do forte individualismo, manifestando-se até mesmo no âmbito religioso, é que o esforço pessoal para o diálogo torna-se urgente. O diálogo exerce um papel reintegrador no indivíduo, pondo-o em comunhão com o outro, com as

---

<sup>1</sup> 1 Cor 13,1.

coisas do seu mundo e de toda a natureza. Desta forma, o diálogo religioso não aparece mais isolado, como algo à parte ou específico das questões e motivações religiosas. Ele, estando inserido nas grandes questões do mundo, contribui para a comunhão indispensável à realização humana.

Talvez, os movimentos do *New Age* responderam com maior rapidez à necessidade de superação do isolamento do homem urbano. Possivelmente são as vítimas da solidão que buscam, nesses movimentos, os meios para a integração com o universo, tentando, assim, superar o vazio que as atinge. Embora apresentem uma roupagem religiosa e puguem a comunhão universal, o que de certa forma é positivo, e por isso os menciono aqui, não oferecem uma resposta completa aos seus adeptos. Eles fortalecem mais ainda o individualismo e o isolamento pois, na maioria das vezes, a comunhão oferecida limita-se às coisas do universo e não às pessoas, criando um relacionamento incompleto, irreal e de total indiferença às diversidades de personalidades e culturas.

As relações inter-religiosas, quando imbuídas do espírito da gratuidade e do reconhecimento do valor do outro, só contribuem para o crescimento pessoal e comunitário dos interlocutores. Descobrem-se verdadeiros tesouros que serão revelados à medida que o diálogo se aprofunda. É nas trocas de experiências, no estudo comum, na ação conjunta para solução de problemas de terceiros que se descobre que há muito mais em comum entre os diferentes do que se possa imaginar. O benefício do diálogo não atinge somente às comunidades interlocutoras, atinge a cada indivíduo por ser um constante exercício de reconhecimento dos limites, de descoberta do desconhecido, de respeito. O diálogo só fortalece àquele que a ele se dispõe na sinceridade de abertura para o outro.

### ***Diálogo religioso: uma iniciativa da Igreja***

Muitos cristãos tiveram iniciativas heróicas durante a Segunda Guerra Mundial. Empenharam-se em livrar judeus das mãos nazistas falsificando documentos, forjando atestados de batismos, arrecadando fundos, abrigando-os em suas residências. Sempre correndo o risco de serem descobertos e pagarem muito caro por isso.

Com o final da Guerra, a tarefa para livrar seres humanos do trágico destino terminou. A morte dos seis milhões de judeus e mais outros milhares de não-judeus pesou na consciência da Europa cristã. Nunca tinha havido barbárie semelhante em outra época e em outra civilização. Era, então, preciso combater o histórico preconceito antijudaico enraizado no cristianismo, pois foi uma sociedade tradicionalmente cristã a responsável pelo sistemático e gratuito extermínio dos judeus.

O nazismo, por si só, não teria força suficiente para promover a morte de seis milhões de judeus na Europa se não contasse com uma mentalidade que admitisse tal barbárie.

Foi, então, a partir da *Shoá*, que se procurou estabelecer pontes entre os judeus e os cristãos. Buscou-se destacar os elementos comuns entre as duas religiões que pudessem fortalecer as relações entre as diferentes comunidades religiosas. O esforço foi tímido. Resumia-se em pequenos e esporádicos encontros na Europa. No entanto, esses grupos sensibilizaram aqueles que, durante o Concílio Vaticano II, trabalharam para a aprovação e publicação do primeiro documento oficial da Igreja voltado às relações com as religiões não cristãs: o documento *Nostra Aetate* (Em nossa época), que, em 1965, oficializou a relação judaico-católica.

O tímido documento não expressava exatamente o desejo dos seus idealizadores, mas, mesmo assim, representava um grande avanço para a superação do sentimento antijudaico. Com a *Nostra Aetate*, a Igreja Católica Romana dava seu passo para corrigir os erros do passado: promovia internamente um exame de consciência, estabelecendo oficialmente um programa de autocorreção.

O documento, tão pequeno quanto exigente, abriu o caminho para uma revisão de inúmeros conceitos teológicos em relação ao judaísmo. Chocou-se com preconceitos petrificados nos 2000 anos de história cristã e, de certa forma, já prefigurava um futuro pedido de perdão formal aos judeus – feito pelo Papa João Paulo II, em março de 2000.

A experiência da guerra e os esforços para a aproximação entre judeus e cristãos ocorridos na Europa favoreceram a assimilação do documento nos meios eclesiais do velho continente. Já na América – principalmente na América Latina – houve maior dificuldade de assimilação das novas posturas da Igreja, embora alguns esforços esporádicos ocorressem em alguns países. O rabino Leon Klenicki lembra que os heróicos programas interconfessionais dos Conselhos de Judeus e Cristãos na Argentina, no Brasil, Uruguai e Chile contribuíram na preparação de uma atmosfera de diálogo. Na Argentina, porém, lembra o rabino, a liderança católica desaprovava o relacionamento inter-religioso. Apesar do documento ter promovido uma mudança de mentalidade em 1965, alguma indiferença no relacionamento entre católicos e não-cristãos permanecia.

Em 1968, em Bogotá, aconteceu o primeiro encontro oficial entre judeus e católicos. Foi uma iniciativa da Conferência Episcopal da América Latina e da Liga Anti-Difamação (entidade judaica). Desse encontro resultou um documento, definindo quatro áreas de ação importantes para o desenvolvimento das relações judaico-cristãs na América Latina: estudo e conhecimento mútuo das religiões – grupos de estudos bíblicos e textos recomendados, conferências, cursos e seminários – conhe-

cimento mútuo dos preconceitos manifestos nos textos, livros, no ensino escolar, com a finalidade corrigi-los, serviço comunitário e oração compartilhada.

Em 1981, no Brasil, foi formada a Comissão Nacional de Diálogo Religioso Católico-Judaico, por iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Essa Comissão é integrada por membros judeus e católicos e reúne-se regularmente em São Paulo. Em 1989, nos 25 anos da *Nostra Aetate*, a Comissão Nacional foi ampliada com representantes de diversos estados brasileiros.

No ano seguinte, 1982, a Comissão Nacional de Diálogo Religioso Católico-Judaico, elaborou as “Diretrizes para a Igreja Católica no Brasil em suas relações com os judeus”. Esse documento, bastante amplo, incluiu itens já mencionados na *Nostra Aetate* e nas “Orientações” do Vaticano, de 1975. Mas, desta vez, apontava para ações orientadas ao diálogo com o judaísmo no Brasil, tornando-se de conhecimento obrigatório para todos que desejam conhecer e se dedicar ao diálogo.

No Brasil, em 1986, a CNBB, comemorando 20 anos da *Nostra Aetate*, publicou o *Guia para o Diálogo Católico-Judaico*. Esse Guia serviu e serve de subsídio para o conhecimento do judaísmo e das questões relacionadas ao diálogo da Igreja com os judeus.

Em 1990, o CELAM lançou o importante trabalho: “*Sugestões para a Apresentação dos Judeus e do Judaísmo no Ensino Católico*”. Esse documento abordou as relações judaico-cristãs no primeiro século, e apresentou as raízes judaicas da liturgia cristã. Tinha por objetivo principal superar mal entendidos, principalmente os referentes à interpretação do Novo Testamento<sup>2</sup>.

A criação da Comissão Nacional para o Diálogo Religioso Católico-Judaico e a publicação do Guia para o Diálogo Católico Judaico e das Diretrizes foram de importância fundamental para abrir caminhos para uma série de ações voltadas à formação de uma mentalidade mais receptível ao judaísmo através de cursos, palestras, publicações.

No início de 2002, tivemos a publicação de um novo documento aprovado pelo Vaticano. O recente trabalho afirma que “a espera dos judeus pelo Messias não é em vão”. Tal documento foi, de certa forma, surpreendente, tanto pelo conteúdo quanto por sua autoria, do Cardeal Joseph Ratzinger, autor do polêmico *Dominus Iesus*. Além da afirmação sobre a esperança messiânica comum, o trabalho voltou a recomendar a

---

<sup>2</sup> L. KLENICHI, “Panorama das relações católicas-judaicas na América Latina: de 1968 ao fim do século” artigo publicado na página do Diálogo Judaico Católico – <http://www.jcrelations.net/portugues/klenicki-p.htm> – em janeiro de 2002.

urgente revisão dos conceitos negativos em relação ao povo judeu contidos na interpretação dos Evangelhos que, segundo o Cardeal, serviram para justificar o anti-semitismo no meio católico<sup>3</sup>.

### ***Buscando a unidade no mesmo Deus***

A Revelação cristã, desde o início, voltou para a história espiritual do homem um olhar em que entram, de certo modo, “todas as religiões, mostrando a unidade do gênero humano no que diz respeito aos eternos e últimos destinos do homem”<sup>4</sup>. Para a Igreja Católica, essa é uma realidade e uma meta a ser atingida. Neste sentido, a Igreja empenha-se em favor da unidade entre os povos, pois crê que: “*Todos os povos, com efeito, constituem uma só comunidade, com origem comum, uma vez que Deus fez todo o gênero humano habitar a face da Terra*”<sup>5</sup>. E crê também, no que se refere à diversidade religiosa, que a busca da unidade é a melhor forma de manifestar a grandeza do Deus Criador de todos e diferentes povos.

Dr. Simón Moguevsky, meu amigo, é um dos grandes batalhadores do Diálogo religioso Católico-Judaico no Brasil e na Argentina. Nas suas conferências, quando se refere às relações entre judeus e cristãos, faz questão de salientar: “Temos 80% de semelhanças e 20% de diferenças, mas brigamos pelos 20% de diferenças”. Ele toca exatamente na dificuldade que oferece o diálogo: aceitar as diferenças, apenas os vinte por cento que nos separam, e valorizar os oitenta por cento de semelhanças que nos unem. São sempre as diferenças que se destacam; são elas que marcam, pois elas nos identificam, nos dão personalidade. Superar as diferenças não significa eliminá-las; aceitá-las não significa perder a identidade – o que eliminaria a possibilidade de diálogo. A relação inter-religiosa só se faz com pessoas que possuem religiões distintas e que estão seguras de suas crenças. Que são capazes de aceitar com maturidade as diferenças sem tentar estabelecer parâmetros de verdades com o intuito de valorizar a sua fé, ou levantar barricadas para defender a sua fé. Diálogo não é um torneio de verdades. Não se trata de fazer comparações com o fito de reforçar a “nossa verdade”. Trata-se sim de aceitar que Deus pode se manifestar como quer, onde quer, no tempo em que quiser, e que as diferentes experiências religiosas são únicas e verdadeiras para cada comunidade.

O diálogo religioso não quer passar por cima das diferenças, olhar o outro como “igual”. São elas que dão a beleza da individualidade de

<sup>3</sup> A. C. COELHO, “Judeus e católicos esperam pelo Messias”, *Jornal de Ciência e Fé* 41(2002) 12.

<sup>4</sup> JOÃO PAULO II, *Cruzando o Limiar da Esperança*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994, p. 85.

<sup>5</sup> *Nostra Aetate*, preâmbulo.

cada religião. Se não houvesse diferença, não teríamos assuntos para conversar, seria uma chatice. É nas diferenças que somos únicos. E é buscando as semelhanças que se estabelece uma relação positiva entre judeus e cristãos, que permite testemunhar a unidade de Deus, o seu amor e a sua fidelidade ao gênero humano<sup>6</sup>.

O judaísmo ensina que Deus é Um. O destino de todo ser humano é caminhar rumo a Unidade. O diálogo religioso é, sem dúvida, um caminho para antever — “ante-experimentar” — o futuro. Através dele, experimenta-se, no presente, embora parcialmente, a união em Deus. Os frutos dessa unidade, certamente, servirão de exemplos para que outras aproximações entre as diferentes religiões possam vir a ocorrer. Experimentar-se-ia, então, mais intensamente o destino comum de todos os seres humanos.

Judeus e cristãos possuem o mesmo Deus: o Deus Único, criador do céu, da terra e dos seres humanos, o Deus de Abraão, patriarca comum, aos judeus, aos cristãos e aos muçulmanos. Portanto, todos são chamados, a seu modo, a testemunhar o amor e a fidelidade desse Deus à humanidade.

### ***Encontro com as raízes***

Apesar do cristianismo ter surgido do judaísmo, de ter herdado a crença no Deus Único através dos patriarcas Abraão, Isaac e Jacó, pais da fé judaica e cristã, de ser agraciado pela mesma aliança divina, esqueceu a afirmação paulina sobre a origem do cristianismo: “...e se a raiz é santa, os ramos também o serão. E se alguns dos ramos foram cortados fora, e tu, oliveira silvestre, foste enxertada entre eles, para te beneficiar com eles da seiva da oliveira, não te vanglories contra os ramos (...) saibas que (...) a raiz sustenta a ti”<sup>7</sup>.

A ruptura entre o judaísmo e o cristianismo deve ter sido especialmente traumática, tanto que o abismo criado entre as duas religiões levou o cristão a perder a memória de sua raiz, como se o cristianismo fosse resultado de uma geração espontânea. Isto seu deu, possivelmente, pela maneira como o cristianismo foi transmitido às comunidades de origem não judaica: a necessidade da seita judaico-cristã conquistar sua identidade, o teor de alguns textos fundamentais do cristianismo, a má interpretação do Evangelho, o desejo de dar ao cristianismo o caráter de novidade, sobrepondo-o à fé original judaica. Tudo isso levou a comunidade católica a considerar o cristianismo como uma religião desvinculada das suas origens.

---

<sup>6</sup> A. C. COELHO, *Encontros marcados com Deus: expressão da unidade do povo de Deus*, S. Paulo: Paulinas, 1998, p. 18.

<sup>7</sup> Rm 11,16-18.

A preocupação dos evangelistas em situar Jesus na sua linhagem familiar judaica e na observância fiel da Lei e das tradições não surtiu muito efeito no meio católico. A forma simples de compreender o Evangelho e a ênfase nos fatos trágicos da vida de Jesus e sua freqüente pregação, e a ritualização da Palavra na liturgia da Igreja, principalmente no tempo da Semana Santa, ganharam mais destaque, contribuindo para desvincular o cristianismo das suas origens. Isto fortaleceu a identidade cristã em oposição ao judaísmo, favorecendo o caráter antijudaico da Igreja.

A maneira em que foi interpretado o texto primeiro do cristianismo, o Evangelho, contribuiu especialmente para a formação do sentimento antijudaico no meio católico. Valorizou-se muito as discussões entre Jesus e os seus contemporâneos fariseus, colocando-os sempre como seus inimigos. Deu-se o caráter de novidade às palavras de Jesus e não a sua pessoa, fazendo com que parecesse sempre apresentar algo novo e superior ao pensamento e à tradição judaica, como se ocupasse seu tempo trucando sobre os fariseus. Jesus, então, foi mostrado à comunidade cristã como o grande crítico do “velho e corrompido” judaísmo.

A questão da aliança, também, contribuiu para o distanciamento cristão das suas raízes judaicas: Jesus fez a “nova aliança” com a sua comunidade. E a antiga? Essa ficou diminuída diante da nova e superior. Ora, esse é um grosseiro erro teológico, que, no entanto, foi disseminado no meio católico.

Jesus é aquele que abandona a família – a família de sangue judeu – por seus novos irmãos, a comunidade cristã recém-nascida. As palavras do autor do evangelho traduzem exatamente o sentimento da primitiva comunidade em relação a suas origens: era o que necessitava a Igreja nascente para conquistar sua nova identidade.

A “oficialização” da inimizade entre judeus e católicos se deu pela responsabilidade atribuída aos judeus pela morte de Jesus. Os judeus foram responsabilizados pela traição, julgamento, condenação e morte de Jesus. Tal responsabilização serviu para condenar, por séculos, os judeus no mundo ocidental cristão. Dentro dessa lógica, a Igreja, continuidade de Jesus Cristo na terra, seria também eterno alvo da inimizade judaica. Esse tema é de fundamental importância no diálogo religioso. O seu trato merece atenção e cuidado muito especial por parte de todos os católicos. Tanto é que muitos livros de autores judeus e cristãos foram publicados sobre esse assunto, e os documentos da Igreja manifestam repúdio a tal acusação.

O lugar do Antigo Testamento no cristianismo tornou-se de menor importância, servindo apenas como prefiguração do Messias. Assim, o Evangelho passou a ocupar o lugar de interesse cristão. Muito bem. Isto é compreensível. Não poderia ser doutra forma para o cristão. Mas, no entanto, o menor valor dado ao Antigo Testamento e o modo de inter-

pretação que cristianismo deu a ele desmereceu o seu significado e a sua importância naquilo que o Primeiro Testamento é para o judaísmo. Ficou, então, subentendido que, tanto o Antigo Testamento é velho, o “Velho Testamento”, quanto é antiga e ultrapassada, pelo cristianismo, a religião judaica. Ao mesmo tempo, os católicos perderam com isso: deixaram de encontrar um tesouro escondido entre as palavras do Pentateuco e dos Profetas. Aliás, um tesouro encontrado por Jesus.

Tem-se ainda que acrescentar outros aspectos que contribuíram para a desvinculação da Igreja da Sinagoga: o cristianismo, ao buscar a sua identidade como uma nova religião no ambiente judaico, afirmou-se como “a novidade”, algo acima da antiga religião, o judaísmo. Os evangelhos retrataram a experiência da Igreja Primitiva, traduzindo as experiências das primeiras comunidades, e não as experiências vividas por Jesus. Como exemplo: a expulsão da Sinagoga de Nazaré<sup>8</sup>; as recomendações aos missionários<sup>9</sup> e outras passagens.

Nos textos de Paulo, considerado por alguns como fundador do cristianismo, a Lei perdeu seu valor para a fé. A fé tornou-se mais importante para a salvação, como se a observância da Lei pelos judeus não tivesse motivações de fé e esperança na salvação. Não quero entrar em questões teológicas, nem mesmo do contexto que envolve a literatura paulina. Não é esse o meu foco. Apenas aponto um exemplo, entre outros tantos nos textos de Paulo, como elemento causador da ruptura que, como os evangelhos, pela sua interpretação, contribuíram para o afastamento dos cristãos das suas raízes históricas e espirituais. Tanto isto é reconhecido que foi necessária a publicação de uma coletânea de documentos e orientações da Igreja para corrigir tais interpretações.

Há um outro fator, pouco conhecido, que contribuiu para a criação do abismo entre as duas comunidades. Os judeus acreditavam que com a destruição do Templo de Jerusalém, a *Shekinah*<sup>10</sup> de Deus, tinha abandonado Israel. Assim, os cristãos “apropriaram-se” da *Shekinah* – o Espírito de Deus – que passou a habitar na comunidade cristã, a Igreja. Com a destruição do Templo, muitos cristãos primitivos passaram a interpretar tal catástrofe como um castigo aos judeus pela negação do Filho de Deus. Não é raro muitos cristãos, ainda hoje, acreditarem que o judaísmo é uma religião do passado, do tempo em que existia o Templo de Jerusalém, e que o povo judeu é um povo “abandonado” pela sua relutância em aceitar Jesus como o Messias de Deus. Frequentemente, em minhas aulas, os alunos perguntam se os judeus ainda fazem os sacrifícios de animais – se os judeus ainda esperam

<sup>8</sup> Lc 4,16-30.

<sup>9</sup> Mt 10,1-16.

<sup>10</sup> Termo hebraico que significa “Presença Divina”. A Bíblia refere-se ao fato de Deus habitar entre os filhos de Israel, e a presença de Deus no mundo.

pelo Messias – se diante da evidência de que Jesus é o Messias, por que os judeus ainda relutam em aceitá-lo. Ora, todas estas perguntas são feitas como se os judeus vivessem perdidos no passado e o judaísmo fosse uma religião sem atualidade. Estas perguntinhas, por incrível que pareça, são feitas em todos os cursos que dou sobre judaísmo.

Todavia, se Jesus é o causador da ruptura do cristianismo com o judaísmo, é também o elo de ligação entre as duas religiões. É por ele, no cumprimento da Lei, das festas e costumes do seu povo, que o cristão tem o primeiro contato com a religião judaica. Portanto, Jesus é a porta que leva o cristão a encontrar as raízes da sua fé.

Os diversos documentos do Vaticano, referentes às relações entre o catolicismo e o judaísmo, enfatizam a necessidade de se fazer uma urgente revisão dos conceitos e preconceitos criados no ambiente católico. Para maior agilidade e profundidade desse trabalho, foi criada uma comissão teológica para a revisão e reinterpretação dos textos do Evangelho dentro da perspectiva da reaproximação com as origens judaicas e com o povo judeu.

A prática do diálogo religioso presume que cada participante de grupos de diálogo tenha ao menos o conhecimento básico da religião do seu interlocutor, além, é claro, do convívio exigido para que seja possível um diálogo mais profundo. Para o cristão é importante se ter a consciência de que, ao tomar contato com a religião do seu interlocutor, ele estará entrando também em contato com a “casa paterna”, o judaísmo. Assim, é pelo estudo das tradições judaicas, das suas festas, da maneira judaica de compreender Deus, do valor da Lei revelada no Sinai, guardada e vivida por Jesus, que o cristão torna-se apto para o diálogo religioso.

Ao dar esse passo, o cristão encontra o Jesus judeu, filho de pais judeus, que transmitiu seu ensinamento a um grupo de judeus. Encontra o berço da sua fé, pois, como disse João Paulo II, os cristãos são herdeiros espirituais dos judeus. Essa descoberta enriquece e reforça a identidade cristã. É como um filho adotivo que passou anos sem saber quem eram os seus pais verdadeiros e, depois, os encontra. Isso lhe permite situar-se na sua própria história e recompor a sua identidade.

### ***Significado do diálogo e motivações para dialogar***

A experiência do diálogo permite aos judeus e católicos compreenderem o significado da filiação divina na diversidade. Tal compreensão os impulsiona ao compromisso mútuo, que se traduz em atitudes e se expressam em fraternidade, entre si e com toda humanidade.

A princípio, tanto os judeus quanto os católicos têm as mesmas expectativas em relação ao diálogo religioso. No entanto, há certos pontos em que diferem, em razão das diferentes experiências das comunidades. É preciso se ter em conta que o diálogo não parte do ano zero das nossas relações. Antes, existem 2000 anos de história marcada por preconceitos, tragédias e más experiências, quando os judeus foram vítimas da inquisição, dos *pogrons* e da *Shoá* (Holocausto). Não é possível exigir que o diálogo parta de interesses exatamente iguais e que a postura dos dialogantes seja a mesma. É mister afinar o espírito diplomático e a sensibilidade, pois as diferentes experiências pessoais e as diferentes histórias comunitárias estão envolvidas no processo de diálogo e devem ser respeitadas para o bem e a continuidade das relações.

Para os judeus, o diálogo religioso é uma chance de ver superados os preconceitos que marcaram a sua história na civilização cristã. O empenho judaico no diálogo é motivado pela expectativa de estabelecer um convívio fraterno com aqueles que foram inimigos por séculos. As iniciativas da Igreja para o diálogo produziram expectativas positivas no meio judaico. Todavia, após esses anos todos, os temas de fundo teológico e bíblico, não são mais suficientes. Há necessidade urgente de uma renovação temática, abordando outros aspectos importantes para o aprofundamento das relações judaico-católicas, sob pena de se perder os ganhos obtidos em anos de esforço. É preciso levar em conta que o judaísmo é mais do que uma religião. O judaísmo traduz sentimentos religiosos, históricos, ligação profunda com uma terra específica, a Terra de Israel, identidade nacional. Assim, o diálogo religioso deve considerar todos estes aspectos com a mesma seriedade, sem o que não haverá, jamais, diálogo completo com os judeus.

Não esperem os católicos que o diálogo possa apagar os fatos ocorridos na *Shoá*. O que aconteceu não pode ser esquecido. Nem por judeus, nem por católicos. Se houver esquecimento, poderá acontecer novamente, em outro tempo, de outra maneira. Superar não significa apagar e começar tudo de novo. A história não é feita no computador, onde é possível apertar a tecla “deletar”, e a tela volta ao ponto inicial, pronta para receber outro texto. Nem a disponibilidade da Igreja para o diálogo religioso com os judeus, nem o pedido de perdão feito pelo Papa João Paulo II, em março de 2000, quita a conta. O pedido de perdão é uma mostra ampliada de boa vontade. E, mais que isto, um compromisso, feito por toda a Igreja, para o futuro de relações positivas entre os dois povos. Se esta manifestação da Igreja traduzir-se em gestos e esforços em cada uma das comunidades católicas, será acolhida pelos judeus de bom grado, pois, também eles, desejam ver superados os preconceitos que serviram para desencadear sofrimento ao seu povo. Os judeus, por sua vez, desejam que as suas novas gerações superem, na experiência do bom relacionamento, as desconfianças e os rancores que permaneceram em relação aos cristãos.

Para os católicos, o diálogo religioso é motivado pelo desejo da superação de uma situação histórica de pecado cometido contra a pessoa e contra Deus. Ao dialogar, os católicos buscam estabelecer uma relação de amizade, comprometendo-se, com a comunidade judaica, a promover um futuro mais fraterno. Ao mesmo tempo, os católicos recuperam o passado histórico, reencontram suas raízes espirituais, fortalecendo sua crença e identidade cristã. E, ainda, promovem a comunhão com o diferente, na busca da unidade em Deus.

O diálogo, tanto para os judeus quanto para os católicos, é um esforço recomendável para romper o isolamento individual e comunitário. Através dele, faz-se a experiência da unidade, do crescimento e da integração na sua rica diversidade.

Existem alguns grupos cristãos – não necessariamente católicos – que se dedicaram a uma forma muito particular de diálogo, se é que assim pode ser considerado: o diálogo de reparação. A reparação parte do reconhecimento de que houve, por parte dos cristãos, a colaboração ativa ou passiva diante da *Shoá*. Diante desse reconhecimento manifesta-se total disponibilidade para reparação do erro. Mas não há a reparação, deve haver compromisso para o futuro. Os grupos dedicados à reparação podem se tornar, pela forma de tratar a questão, extremamente “melosos”, estabelecendo uma relação infantilizada, pouco consistente, para atingir um diálogo mais profundo e amplo. A relação inter-religiosa, dessa maneira, torna-se mais um *mea culpa* sem fim, cheio de emoções, sem grande perspectivas futuras. Além disso, a relação estabelecida com essa motivação – reparadora – embora produza um efeito simpático à sociedade, teria poucas possibilidades de penetração num ambiente cristão mais amplo e nos meios de formação, dado a sua excessiva emotividade e particularidade.

### ***Caminhos para o diálogo***

Certa vez uma senhora, há muitos anos dedicada ao diálogo religioso, disse-me: “Não importa os motivos que levem judeus e católicos a se reunirem; importa que se reúnam, e percebam que entre eles há muito mais semelhanças do que diferenças. Se quiserem se reunir para contar piadas, ótimo; se quiserem tomar cerveja, ótimo; e se quiserem estudar um tema comum, ótimo... Todos esses motivos contribuirão para possibilitar a descoberta mútua”. O importante é haver motivo e disponibilidade para se iniciar o diálogo. É óbvio que um encontro de piadas ou uma rodada de cerveja não seria o suficiente para superar diferenças. Outras atividades deverão surgir no decorrer dessas relações. Mas se esses motivos banais e descompromissados forem uma porta para a aproximação e para outras atividades mais consistentes, sem dúvida, serão válidos.

Há um ano formou-se um grupo de judeus e católicos com o objetivo de se reunirem regularmente para promover atividades de caráter filantrópico e cultural. Mensalmente esse grupo promove uma palestra sobre temas de interesse comum; freqüentemente são abordados temas éticos, históricos e religiosos, como o significado de Israel para os cristãos, a presença cristã em Israel, a visita do Papa João Paulo II a Israel, a eutanásia e a morte etc. Embora este não seja um grupo formado especificamente para o diálogo religioso, põe-no em prática pela possibilidade do contato entre pessoas de diferentes credos, pela troca de idéias, pelo convívio e pela ação conjunta em favor de alguém<sup>11</sup>.

Na verdade, não é muito fácil encontrar pessoas dispostas a estudar e a discutir regularmente para formar um grupo de diálogo religioso. É mais fácil encontrar pessoas disponíveis a participar de atividades isoladas, como reuniões e palestras. Em Curitiba, o Instituto Ciência e Fé<sup>12</sup> tem realizado eventos desse tipo. Convidam rabinos, padres, pastores, cientistas, filósofos, jornalistas, para tratarem de assuntos do campo das ciências, da ética e da religião. Isto tem atraído um número significativo de pessoas que, no decorrer da conferência e no posterior debate, podem expor suas opiniões e experiências, de modo que, no final, percebe-se haver, entre as diversas opiniões, mais semelhanças do que diferenças. Além das conferências, o Instituto divulga, através da sua página na Internet e do seu jornal mensal, uma síntese do que foi o evento além de publicar artigos dos conferencistas. Os eventos são anunciados em forma de notícia nos jornais locais, atraindo interessados e mostrando à população que representantes de diferentes religiões podem, juntos, tratar de um mesmo assunto.

Particularmente acho muito importante haver grupos formados por representantes judeus e católicos, conhecidos por “fraternidades”. Estes grupos podem, com mais facilidade, acompanhar os fatos de interesse comum que acontecem no mundo. Pela sua organização e regularidade de funcionamento podem estudar, publicar, manifestar-se publicamente diante dos acontecimentos relevantes, tornando-se referência para outros grupos, além de influenciar em decisões institucionais (Igreja e Sinagoga). Importante é que esses grupos de diálogo estejam abertos para renovações e adequações às novas características da sociedade para que não percam seu poder de penetração e a capacidade de ampliá-lo.

Hoje, o que não está na mídia, não existe. Se há diálogo, se são feitas atividades envolvendo judeus e católicos, é preciso que isso venha ao conhecimento da sociedade. Mesmo que a sociedade não se interesse

---

<sup>11</sup> O grupo referido é conhecido por “Grupo Apoio”. Este grupo tem dedicado todos seus esforços a uma instituição de deficientes visuais.

<sup>12</sup> O Instituto Ciência e Fé não tem por objetivo específico o diálogo religioso. No entanto, promove e apóia atividades que são características do diálogo religioso.

diretamente pelos eventos, saberá que algo novo está acontecendo. E este novo irá compor o conjunto de ações voltadas à humanização e à democratização da sociedade, assim como os eventos de caráter ecológico, político e social. Daí a importância do posicionamento estratégico dos grupos de diálogo, da necessidade de atenção às mudanças e transformações da sociedade, para que possam participar com maior eficácia desses momentos.

Os grandes eventos mobilizam um considerável público podendo influenciar a opinião pública para uma determinada causa. Esses eventos ocorrem em razão de algo emergencial, como foram aqueles que condenaram os atos terroristas de 11 de setembro de 2001 e pediram pela paz no mundo. Tinham o objetivo de evitar o preconceito em relação aos muçulmanos que, na ocasião, sofriam discriminação pelos atos de alguns poucos. É muito difícil avaliar os efeitos desses atos públicos. Temo que sejam tão efêmeros como outras tantas manifestações que acontecem diariamente e que, no dia seguinte, nem as lembramos. Convém frisar que esses eventos, motivados para uma causa emergencial ou para comemorar uma data festiva, não podem ser considerados como ações próprias do diálogo religioso. São atos momentâneos que apenas manifestam a sensibilidade das lideranças religiosas ao tema enfocado mas não possuem as características e as exigências próprias do diálogo. Na maioria das vezes, os representantes religiosos que se fazem presentes são pessoas de destaque nas suas comunidades, que nem sempre estão empenhadas no diálogo e nem preocupadas com que venha a ocorrer. Os grandes eventos, apesar de necessários, atraem líderes espirituais mormente interessados, em não se fazer ausentes naquele momento por julgarem a causa oportuna para a sua comunidade.

O desinteresse de algumas lideranças religiosas não se dá necessariamente por razões pessoais: má vontade, preconceito ou ignorância. Há comunidades religiosas que não aprovam as relações com outras – principalmente por razões históricas – inibindo assim a participação dos líderes na relação inter-religiosa, embora apoiem a presença do seu líder nas grandes manifestações de caráter humanitário.

As atividades mais restritas parecem ser mais eficazes e de efeito permanente. Principalmente as educativas, voltadas à formação de pessoas que, de alguma forma, venham a colaborar para minimizar os efeitos negativos da história das relações judeu-católicas. Daí ser de extrema importância o ensino nos seminários e nas casas de formação de religiosos<sup>13</sup>. Há uma recomendação explícita da Igreja para que isso se faça regularmente, incluindo nos currículos disciplinas referentes ao judaísmo

---

<sup>13</sup> Orientações e sugestões para aplicação da Declaração Conciliar *Sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs*, cap. 3.

mo e às relações judaico-cristãs, em particular no campo da Exegese, da Teologia, da História e da Sociologia<sup>14</sup>. Que se ensine sobre o judaísmo, raiz da religião cristã, para que se aprimore os estudos da liturgia e da exegese bíblica; e que também, se corrija a forma de interpretação da literatura cristã no que se refere aos judeus, evitando os erros do passado. Pois, “é importante que os cristãos busquem conhecer melhor os componentes fundamentais da tradição religiosa do judaísmo e que aprendam por que tradições essenciais os judeus se definem eles mesmos em sua realidade religiosa vivida”<sup>15</sup>.

Os currículos dos institutos de teologia e dos cursos universitários de teologia normalmente incluem o estudo das diferentes religiões, especialmente o judaísmo, por razões históricas ou como complementação dos estudos de liturgia e exegese bíblica. Isto é muito bom. É, ao menos, uma porta aberta para o conhecimento do judaísmo, mas não significa conhecer a religião tal como ela é. Normalmente, enfoca-se o judaísmo bíblico e, quando muito, aquele do primeiro e segundo séculos da era cristã. Em alguns cursos, convida-se um especialista em temas judaicos para falar um ou dois tempos de aula para os alunos; ou, às vezes, convidam-no para fazer parte da apresentação de trabalhos escolares. E assim, a instituição se dá por satisfeita: atendeu a curiosidade dos alunos, cumpriu a determinação da Igreja para o conhecimento da religião berço do cristianismo. Tendo em vista a falta de sensibilidade por parte de algumas instituições para essa questão, há que se levantar as mãos para os céus e dar graças pelas poucas horas em que os alunos tiveram contato com a religião judaica.

O estudo do judaísmo, muitas vezes, é motivado por simples curiosidade pela religião ou por interesses acadêmicos mais cientificamente profundos – como se o judaísmo pudesse ser compreendido no laboratório de ciências religiosas – com o distanciamento crítico ou apenas com objetivos comparativos às outras religiões. Diria que, apesar da importância do conhecimento acadêmico, pouco se presta para a formação dos estudantes, quando o interesse não é criar uma mentalidade para o diálogo e de abertura para o outro nas novas gerações de católicos. Um professor, possuidor de um conhecimento temperado com a experiência do convívio, do diálogo vivido com a comunidade judaica, poderia contribuir mais e melhor para a formação dos alunos, atendendo, assim, às orientações do Vaticano e em sintonia com o espírito que gerou os documentos da Igreja.

Quando ensinamos, corremos o risco de passar aos nossos alunos conceitos fechados, que pouco correspondem à realidade da religião

---

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Idem, introdução do documento.

judaica, por suas nuances, expressões e transformações que ocorreram através dos séculos. No meio católico, o judaísmo, talvez mais do que outro credo, é apresentado como uma religião congelada, sendo, freqüentemente mostrado pela ótica da Bíblia, que pouco traduz o judaísmo da atualidade. Isto pode ser uma afirmação falsa para aqueles que conhecem o processo histórico da religião hebraica. Mas é o que se pode observar no cotidiano das salas de aula das nossas universidades e institutos religiosos.

O ensino do judaísmo nos meios católicos, conforme a orientação do Vaticano, nem sempre se destina à formação de agentes para o diálogo religioso. Ele já é resultado do diálogo existente que se expressa na forma de conteúdo da disciplina, objetivando formar uma mentalidade aberta ao outro – no caso, o judeu e a sua religião, cultura e povo – procurando corrigir efeitos da má interpretação das relações havidas entre judeus e cristãos desde os tempos bíblicos. Assim, aqueles que se dedicarão o ministério, ao magistério, à formação, ao trabalho com membros de uma comunidade paroquial, escolar, que o façam da maneira mais correta, observando o espírito cristão de solidariedade, sensibilidade às diferentes expressões da fé e da cultura dos povos.

### ***O antijudaísmo não morreu***

As antigas teorias de superioridade racial foram banidas da sociedade, tornaram-se ridículas. Nas sociedades democráticas do início deste século, não há mais lugar para tais aberrações. Também, a orientação da Igreja contribuiu em muito para eliminar os preconceitos existentes entre os seus membros. Mas, um preconceito tão antigo, alimentado sistematicamente durante séculos, não pode desaparecer, por mais que se verifique um aprimoramento humano nas sociedades modernas. O preconceito antijudaico ainda perdura. Ele permanece latente, como um vírus acuado por um antibiótico de pouca eficácia. Basta que surjam condições, ele se manifesta provocando estragos.

As crises econômicas e sociais estão presentes mesmo nos países de economia estável. Com a queda do antigo regime soviético, os países que se alinhavam com a URSS, desmoronaram, econômica e ideologicamente. Houve uma concentração de poder no Ocidente, e assim, os países mais representativos pela sua força política e econômica passaram a deter o controle da economia e da política mundial. Se, antes, havia dois parâmetros distintos para inspirar o modelo de sociedade desejada, hoje existe um concreto e outro nebuloso, que só sobrevive nas ideologias de intelectuais e de grupos e organizações de caráter político.

Como em toda luta, há adversários. O campo de batalha se estende pelo mundo afora, gerando regiões de conflitos: Colômbia, Brasil, Argentina, Oriente Médio, África, Ásia. As forças emblemáticas são combatidas, demonizadas, como expressão de todo mal existente na terra. E, os aliados a essas forças, passam a encarnar o mal ou o bem, dependendo do lado em que se encontram.

É dentro desse quadro que aparece novo modelo de antijudaísmo. Enquanto escrevo esse artigo, dezenas de sinagogas e cemitérios estão sendo violados e judeus estão sendo agredidos física e verbalmente na Europa. Muitas organizações tidas como de caráter humanitário, oferecem a sua solidariedade – oportuna solidariedade – à causa palestina, ignorando a história, valorizando ideologias, favorecendo a agressão aos judeus. Tudo isso em troca de prestígio, de lastro para negociações futuras com outras organizações mais poderosas ou em troca de benefícios econômicos. Alguns religiosos, que detêm um certo grau de credibilidade junto às organizações políticas e humanitárias, prestam o desserviço à humanidade quando justificam as ações terroristas como resposta da miséria e da opressão sofrida pelos povos do Terceiro Mundo<sup>16</sup>. Esses não estão contribuindo com os ditos oprimidos, não acusam e se recusam a apontar os verdadeiros interessados na decantada opressão, e muito menos evitam outras ações bárbaras. Colaboram, sim, para disseminar mais uma vez idéia de que os ditos opressores, ricos e poderosos do mundo, sejam ferozmente combatidos. Não importa as conseqüências, importa que vençam seus ideais e o poder passe para as mãos dos seus simpatizantes. Assim os atentados terroristas ganham respaldo “ético”, e são chamados de corajosos atos contra as injustiças.

Judeus do mundo inteiro passaram a ser responsabilizados pela decisão de poucos. Da mesma forma, os árabes do mundo inteiro, poderiam estar sendo até agora responsabilizados pela ação dos terroristas sauditas e palestinos. No entanto, o que está por trás de tudo isso, não é o sentimento de aversão à guerra, pois se assim fosse, outras áreas de conflito, que produziram e produzem muito mais mortos em menos tempo, seriam igualmente alvos das críticas. Na verdade, há uma ideologia política e econômica revestida de pretensos valores de justiça e de democracia, cegos ao respeito e à dignidade dos povos, que aproveitaram o palco mais iluminado da ocasião, como é o Oriente Médio, para representar o seu odioso papel.

---

<sup>16</sup> Recentemente um bispo católico, ex-vigário patriarcal de Jerusalém, participou de uma manifestação em Roma, quando, no microfone, agradeceu a Deus pelos *kamikazes* suicidas que massacram judeus em pizzarias e supermercados. O mesmo bispo já tinha sido preso por contrabandear armas e explosivos para organizações palestinas, cf. *Jornal El Mundo*, Madrid, 13 de abril de 2002.

Não se pode esquecer que seis milhões de judeus foram mortos durante o regime nazista exatamente porque a Alemanha acreditava que, com o nazismo, seria um país democrático e justo, onde todos os alemães pudessem viver como uma grande família. Os argumentos usados hoje pelos novos anti-semitas são muito semelhantes. Atribuem os males do mundo a alguns poucos – bodes expiatórios – de um sistema político e econômico contrário aos seus ideais.

O diálogo religioso deve urgentemente trazer à mesa questões como essas. Não é possível dialogar com judeus somente no campo religioso, sem levar em conta que a sua integridade está sendo violada e, lamentavelmente, em países de maioria cristã como a França, Alemanha, Bélgica, Argentina, Brasil e outros. Não se pode estabelecer pontes sob bases religiosas sem uma posição política definida e assumida em relação à integridade do povo judeu e à existência do Estado de Israel.

### ***Concluindo***

Como vemos, o diálogo religioso exige uma transformação. Deve urgentemente buscar novos caminhos. O fato de haver essa necessidade não representa que tudo o que foi feito até hoje esteja descartado ou tenha seu valor diminuído. Como qualquer relação deve ser atualizada, renovada, para que possa despertar interesse e motivação à continuidade e aprofundamento.

Todos os esforços pessoais e institucionais foram e continuam sendo extremamente úteis, mas tanto as pessoas como as instituições deverão rever os seus métodos e adequar seu enfoque ao tempo presente, considerando todas as mudanças e exigências surgidas neste início de século.

O esforço da Igreja, após a *Nostra Aetate* foi grandioso. Foram tantos os documentos voltados a aproximar os filhos de Abraão. Mas, apesar de todo empenho e do significativo avanço nas relações judaico-católicas, ainda é preciso ter cuidado para que os esforços da Igreja não se percam. Ninguém é ingênuo a ponto de acreditar que documentos (e leis) eliminem, de uma hora para outra, preconceitos enraizados numa sociedade. A semente está na terra, basta que alguém dê uma regadinha, e pronto... principalmente num momento em que os conflitos do Oriente Médio assumem uma dimensão mundial e tantos os judeus como árabes podem ser responsabilizados por atos de poucos.

É preciso, também, ficar bem atento aos efeitos de certas “interpretações bíblicas” orientadas pela ótica da ideologia política e econômica, muito presentes em expressivos meios católicos. Não há dúvida de que muitas

dessas interpretações, há muito, vêm criando certa dificuldade no diálogo religioso, tanto no que diz respeito à prática quanto à ideologia.

Entendo que a reparação das relações entre católicos e judeus deva ir além da publicação de documentos oficiais. É importante haver um esforço educativo junto à comunidade católica sobre o antijudaísmo no ambiente católico. O pedido de perdão tem um valor imenso. Mas, juntamente com esse perdão, deveria haver a promoção – como se faz nas grandes campanhas – de uma reflexão profunda das causas que geraram a Inquisição e a *Shoá*.

Ainda, deveria partir do Vaticano um claro posicionamento em relação ao Estado de Israel. Somente a manutenção da embaixada do Vaticano em Tel-Aviv, criada somente 43 anos após a independência de Israel, não é suficiente para quem tem as raízes espirituais cravadas na terra de Israel há 2002 anos. Sem serem observados esses aspectos: teológicos, históricos (Inquisição – *Shoá*), político (Povo – Estado) não se poderá dar por completo o esforço para a reabilitação das relações entre católicos e judeus.

Seria ainda necessário esclarecer o papel do Papa Pio XII durante o regime nazista. Isto até agora gera muita polêmica, dificultando, em parte, as relações com os judeus. A *Shoá* é ponto fundamental a ser discutido – é uma questão constantemente refletida nos meios judaicos – portanto, é necessário um esclarecimento por parte da Igreja, doa a quem doer. Não podemos esquecer as palavras do Papa Pio XI (se não estou enganado) ao determinar a abertura dos arquivos do Vaticano para os estudiosos: “Não temos medo da verdade”.

O ensino da religião e da cultura judaica nos institutos religiosos, nas casas de formação, nas universidades e escolas católicas, deveria ocupar um lugar de maior importância. São poucas as instituições que assim o fazem. Apesar das recomendações do Vaticano, prefere-se ensinar o judaísmo bíblico apenas como subsídio para a compreensão das Escrituras, ou reservar uma ou duas horas-aula para uma rápida exposição sobre o tema. O conhecimento do judaísmo aproxima o cristão das suas raízes espirituais, contribui para fortalecer sua identidade religiosa e colabora para a eliminação do preconceito antijudaico.

Na educação está a grande arma de combate ao preconceito enraizado na sociedade cristã. A maior colaboração que a Igreja poderia dar, além da sua farta documentação, já mencionada em parte nesse artigo, seria o empenho para que todas as universidades, escolas católicas, institutos religiosos, seminários, adotassem com seriedade a disciplina de judaísmo e a sua relação com o cristianismo. O pedido de perdão do Papa, no ano do Jubileu se traduziria numa ação concreta para alcançarmos, judeus e católicos, tempos de maior tolerância e amizade. O

compromisso assumido no pedido de perdão formal deveria manifestar-se no exigente empenho na educação e na formação dos meios católicos.

Enfim, devemos ter em mente que o diálogo religioso não está sozinho. As novas formas de comunicação, a nova consciência social, mais tolerante, mais democrática, estão aí para colaborar com as ações de diálogo. Não nos limitemos às coisas exclusivamente da religião, da teologia, da Bíblia. Temos que ir além e dialogar em âmbito mais universal.

**Antonio Carlos C. Coelho** estudou Arqueologia Bíblica e Tradição Judaica em Israel; é professor de Ecumenismo e Judaísmo no Studium Theologicum de Curitiba e Diretor do Instituto Ciência e Fé. Tem artigos publicados em vários jornais e revistas. Entre outros livros publicou: *Encontros marcados com Deus: expressão da unidade do Povo de Deus*, São Paulo: Paulinas, 1998.

**Endereço:** Rua Mal. José Bernardino Bormann, 1539, apto, 702.  
80730-350 — Curitiba — PR  
e-mail: [accoelho@matrix.com.br](mailto:accoelho@matrix.com.br)